

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1289099 - SP
(2018/0105658-4)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

AGRAVANTE : ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORE : TELMA BERARDO - SP179718

S

**BEATRIZ COUTO TANCREDO E OUTRO(S) -
SP301498**

AGRAVADO : PAULO HENRIQUE DE SOUZA

**ADVOGADO : RICARDO CARRILHO CHAMARELI TERRAZ -
SP253445**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. LIMITAÇÃO. PAGAMENTOS AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. EXCEÇÃO. POSSIBILIDADE.

1 - O julgado não se afasta da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, firme no sentido de ser possível a execução provisória contra a Fazenda Pública quando a sentença não tiver por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (**AgRg no REsp 742.474/DF**, relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 17/8/2009).

2 - Ainda na linha de nossa jurisprudência, *"as limitações à concessão de antecipação dos efeitos da tutela, ou mesmo da execução de sentença antes do trânsito em julgado, contra o Poder Público, previstas na Lei nº 9.494, de 1997, não alcançam os pagamentos devidos aos servidores inativos e pensionistas, na linha da jurisprudência"* (**AgRg na SLS 1.545/RN**, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/5/2012, DJe 15/5/2012).

3 - Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

